

**DISCURSO DO PRESIDENTE DA LIGA DOS COMBATENTES,
TENENTE-GENERAL CHITO RODRIGUES, NO DIA NACIONAL DO COMBATENTE (09 DE ABRIL)
EM 6 DE ABRIL, NA BATALHA**

Exmo. Senhor Ministro da Defesa Nacional, e vogal honorário do Conselho Supremo da Liga dos Combatentes

Excelência

O nosso sincero agradecimento por ter decidido presidir a esta cerimónia, no dia em que evocamos os combatentes por Portugal. Permita-me que sublinhe o interesse que V^a Exa vem demonstrando pela causa dos antigos combatentes.

Exmo. Senhor Almirante Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas e vogal honorário do Conselho Supremo da Liga dos Combatentes.

Os nossos profundos agradecimentos, não só pela sua presença, mas por todo o apoio garantido pelas FA para a realização desta tradicional e secular cerimónia militar, de homenagem aos combatentes.

Permita-me igualmente que sublinhe o seu inestimável interesse, sensibilidade e entusiasmo com que se empenhou e empenhou as Forças Armadas e Forças de Segurança no apoio à evocação do centenário do Armistício, no passado mês de Novembro, na avenida da Liberdade, em Lisboa.

Exma. Senhora Secretária de Estado da Defesa Nacional, o nosso reconhecimento pelo interesse demonstrado pela causa dos antigos combatentes.

Exmo. Senhor Presidente da Câmara da Batalha e da Assembleia Municipal da Batalha, o nosso agradecimento por mais uma vez nos receberem em vossa casa.

Exmo. Senhor Vice Presidente da Comissão Parlamentar de Defesa da Assembleia da República

Exmos. Senhores, e Generais Chefe do Estado Maior do Exército e general Chefe de Estado Maior da Força Aérea, vogais honorários do Conselho Supremo da Liga dos Combatentes, e Exmo. Senhor Vice Almirante Vice Chefe do Estado Maior da Armada Exmos senhores General 2^o Comandante Geral da GNR e Representante do Senhor Diretor Nacional da PSP (Comandante Distrital de Leiria) Exmos Senhor Embaixador de Angola Exmo. Senhor D. Duarte Pio de Bragança, agradeço a sua presença como combatente, mas também por ter decidido agraciar a Liga dos Combatentes com uma distinção honorífica o que muito nos sensibiliza.

Ex^a Reverendíssima D. Rui Valério, Bispo das Forças Armadas e Forças de Segurança. Os nossos agradecimentos pela sua presença e pelas palavras proferidas na homilia de hoje.

Exmos. Senhores Almirantes e Generais antigos Chefes de Estado Maior, senhores almirantes, generais e oficiais generais

Exmo. Senhor Presidente da Cruz Vermelha do Mosteiro da Batalha

Exmos senhores Presidentes das Câmaras de Leiria, Cantanhede, Palmela e Reguengos de Monsaraz

Exmos. Senhores Diretores Gerais e Diretor

Exmo. Senhor Presidente do Observatório Internacional de Direitos Humanos

Exmos. Senhores Adidos de Defesa de países amigos, Espanha, Estados Unidos da América, França, Moçambique, Angola, e Rússia

Exmos. Senhores Presidentes de Associações de Combatentes e de Núcleos e Associações da Liga dos Combatentes e da British Legion

Exmos Senhores Membros honorários da Torre Espada Valor Lealdade e Mérito, membros do Conselho Supremo e da Direção Central da Liga dos Combatentes.

Ilustres Convidados

Minhas senhoras e meus senhores

Caros Combatentes

Evocamos hoje o Dia Nacional do Combatente. Fazemo-lo neste lugar e momento há 98 anos. Aqui, onde se evoca o aprofundamento da independência de Portugal com uma vitória decisiva em Aljubarrota, com o levantamento deste Mosteiro de Santa Maria da Vitória e se completa esse simbolismo, com a estátua a cavalo, do militar, combatente e santo, D. Nuno Álvares Pereira, que garantiu essa mesma vitória.

Hoje, duplamente evocado, por há precisamente 635 anos a 6 de Abril de 1384, em Atoleiros, usando a tática do quadrado e do “pé em terra”, sem uma baixa, ter vencido e impedido a entrada em Portugal de uma hoste de Castela.

Aqui, na cidade da Batalha, e neste dia, em que se evocam os militares que serviram Portugal além-fronteiras ultramarinas, através de um padrão de homenagem à figura mítica de Mouzinho de Albuquerque.

Aqui, onde em 1921, após o fim da Grande Guerra, se inumaram em campa rasa os restos mortais de dois soldados desconhecidos trazidos simbolicamente do centro da Europa e de África, em homenagem aos quais fazemos hoje a 98ª Romagem, evocando os que simbolizam, para nós, os soldados sem campa, caídos por Portugal.

Enfim, onde mais uma vez, na presença das mais altas entidades do Estado, como desde há 98 anos, Presidentes da República, Primeiros-ministros e Ministros, ato igualmente sufragado em despacho pelos Chefes Militares dos Ramos, se comemora o Dia Nacional do Combatente e se visita a memória de todos aqueles marcos culturais e humanos da História de Portugal, e a eles juntamos todos os outros e recordamos e homenageamos, todos quantos serviram o seu país, de armas na mão, quando foi necessário, de Afonso Henriques aos nossos dias.

Iluminamos hoje, os que se bateram na guerra do ultramar e se batem nas operações de paz e humanitárias, em forças nacionais destacadas. Neste Dia Nacional do Combatente sublinhamos e evocamos quatro efemérides, do século XX, que envolveram combatentes por Portugal.

O 101º aniversário da Batalha de La Lys, em França e o Centenário do regresso a Portugal, das tropas do CEP. O 58º aniversário da chegada das Nossas Tropas a Nambuangongo, em Angola, e da queda de Goa, Damão e Diu, perante a invasão indiana. E o 26º aniversário da primeira Força Nacional Destacada no âmbito da ONU, em Moçambique, em poio do processo de Paz, a ONUMOZ.

Momentos difíceis, distintos e marcantes da História militar recente de Portugal, mas no que se refere as Forças Armadas, sempre momentos idênticos de serviço: - o cumprimento de missões ao serviço de Portugal, determinadas pelo poder político.

Depois de, durante os últimos quatro anos, termos evocado, a nível nacional, o fenómeno guerra, evocando o centenário da Grande Guerra, no ano em curso queremos fundamentalmente, não evocar, mas celebrar a paz. A paz externa, a Paz interna e a Paz Real individual que cada combatente ambiciona e merece. A paz, como a que resultou, então, da Chamada Conferência de Paz iniciada em 1919, com a criação da Sociedade das Nações que facilitaria os diversos tratados de Paz conseguidos, mas cujo processo duraria mais tempo a concretizar do que durou a própria guerra.

Tratados, acordos, conflitos, cessar fogos e conflitos político-diplomáticos, são os ingredientes da descrição de uma alucinante e decadente Europa Imperial em permanente convulsão. O que poderá impressionar é a volatilidade dos acordos, a fragilidade e não respeitabilidade dos tratados, a mudança constante dos fatores de decisão política, a alteração permanente da grande estratégia face a mudança dos Grandes Chefes ou dos Grandes Partidos.

Se nas causas da Grande Guerra se salientam os “ismos” então existentes, como os nacionalismos, o imperialismo e o social darwinismo, após a Grande Guerra por muitos considerada como o berço do modernismo, aprofundou-se um radicalismo sustentado pelo nazismo na Alemanha, fascismo na Itália, o comunismo na Rússia e mesmo entre nós o salazarismo, os quais em escassos vinte anos de paz, conduziram a Segunda guerra Mundial e, entre nós, à guerra do ultramar.

Vinte anos de paz aparente que nos conduzem a uma impressionante constatação da evolução do país derrotado, a Alemanha. De fato, um país que acabou por não ser militarmente invadido, que fez uma guerra em que as suas forças estiveram a 120 km de Paris, sofre uma contra ofensiva das forças aliadas que os persegue, mas fica a 700 km de Berlim, sem entrar em território alemão e que embora conquistando a vitória, não o fizeram segundo os vencidos, militarmente;

Um país que termina a guerra sem moeda, em que a troca direta substitui a moeda, em que a população se revolta, a greve geral aprofunda a fome e a pobreza e abre portas ao comunismo que leva Lenine a afirmar “ a revolução que se aproxima na Alemanha é o acontecimento mundial do nosso tempo”;

Um país com 2000 por cento de inflação ao mês; que perde milhões de homens e algum território e é confrontado por um tratado de paz imposto pelos seus opositores, recupera de tal forma, que tem coragem para interromper a Paz e lançar a Europa numa nova e Segunda Guerra Mundial, com os resultados catastróficos conhecidos.

Se a grande guerra marcou a Europa política e geograficamente com outros traços. O mesmo sucedeu após a segunda guerra mundial com uma colonização na Europa e a descolonização no mundo. Seria necessário esperar pelo fim do século, para com a queda do muro de Berlim e de uma guerra fria e de uma Paz sustentada por um terror nuclear, para se voltarem a desenhar novos contornos europeus políticos e geográficos. Até nos nossos dias, se vive idêntico momento político em que a Europa após um esforço de união, ameaça desagregar-se e estabelecer novas fronteiras políticas e geográficas, pondo em causa sua própria segurança. Afinal a História parece repetir-se. No meio desta constante e profunda mutação da Europa um país mantém as suas seculares fronteiras há novecentos anos: Portugal.

Minhas Senhoras e meus senhores

Não queremos celebrar apenas o centenário da Paz de Versalhes, um dos acordos da Conferência de Paz da Grande Guerra, mas também os 45 anos da Paz da Guerra do Ultramar, conflito que nos é muito caro, pois muitos de nós tivemos infelizmente que nele tomar parte. A Paz é e foi sempre muito cara para aqueles que tiveram que fazer a guerra. Os combatentes da grande guerra criaram a Liga dos Combatentes, fundada em 1921, a qual teve na sua génese como objetivos base, a promoção dos valores e a prática da solidariedade, em especial para os combatentes mais carenciados, cegos, mutilados, gaseados stressados, viúvas e órfãos, objetivos que pautaram a sua existência, até hoje.

É porém uma realidade que a sua missão deduzida dos seus estatutos e da missão da Federação Mundial dos Antigos Combatentes de que é membro, lhe acrescentam dois pilares fundamentais do nosso tempo: a promoção da Paz e a promoção dos Direitos Humanos. Valores, Solidariedade, Paz e Direitos do Homem, em suma Liberdade e Democracia, são os objetivos que fazem hoje da Liga dos Combatentes uma Instituição moderna, virada para o futuro, aberta a qualquer cidadão, tendo com alvo e núcleo fundamental, aqueles que vestem ou um dia vestiram o uniforme das Forças Armadas ou das Forças de Segurança e combateram pela Paz, quer no ultramar, quer nas Forças Nacionais Destacadas, nomeadamente os mais carenciados física, mental e socialmente bem com suas famílias.

Merece-nos um profundo respeito e admiração o trabalho secular, sem paralelo, realizado ao longo dos anos, no terreno, em apoio dos antigos combatentes, pelos nossos antecessores na Liga dos Combatente, e cuja experiência deve ser considerada, respeitada e não esquecida.

Somos de facto hoje uma instituição secular moderna, útil, visível e credível, ao serviço do país e dos seus membros em particular. Por isso orientamos os combatentes no cumprimento dos seus deveres de Cidadania e de antigos combatentes. Por isso lutamos pelos seus direitos e pela sua dignidade. Por isso felicitamos o governo e o Sr. Ministro da Defesa Nacional, por, no novo destino a dar ao Hospital de Belém, se não ter esquecido dos antigos combatentes.

Também por isso aguardamos, com tranquilidade e esperança, que o conteúdo da proposta de lei do governo sobre os antigos combatentes, que o estatuto tenha em consideração os comentários e propostas da Liga dos Combatente e seja fonte de inspiração para uma reconciliação real dos Combatentes com o Estado.

Igualmente, por isso, voltamos a apelar para que a lei do Princípio da Onerosidade, que injusta, ilegal e intempestivamente o Ministério das Finanças tenta aplicar a cinco edifícios cedidos há décadas pelo Exército e recuperados pela Liga, seja definitivamente resolvido. Quando queremos celebrar a paz e arranjar motivos que testemunhem a nobreza da nossa causa, somos com muita frequência confrontados com situações e atitudes que nos tentam desviar, ou mesmo condicionar, a nossa missão fundamental.

Disse há pouco que evocamos também hoje o centenário do regresso do CEP a Portugal. Não podemos esquecer o que esse regresso significou para os antigos combatentes e famílias, assim como não podemos esquecer o que significou o regresso a Portugal das tropas e gentes após o fim da guerra do ultramar e as suas consequências até hoje.

A grande deficiência visível tem tido algum conforto, mas infelizmente a deficiência invisível, física, mental e social são uma realidade da Liga dos Combatentes e de mais associações, a merecer cuidados e apoios especiais por parte das entidades públicas. Por isso, lutamos e apelamos à compreensão, reconhecimento e solidariedade para com os antigos combatentes da guerra do ultramar e das operações de paz e humanitárias e apresentámos medidas concretas de carácter económico e social. Há antigos combatentes que não são professores! Há antigos Combatentes que não são enfermeiros! Há antigos combatentes que não são juízes! Há antigos combatentes que merecem um apoio económico e social efectivo no processo de envelhecimento, com adequado apoio hospitalar, nomeadamente no Hospital das Forças Armadas! Há antigos combatentes que têm pensões de pobreza! Esse é o seu poder reivindicativo! Nós somos as suas vozes que merecem ser ouvidas. Não quero terminar sem assinalar alguns acontecimentos muito recentes que nos tocaram.

O primeiro diz respeito à perda recente do Gen Altino de Magalhães e do Comendador Arruda. O primeiro antigo Presidente da Liga dos combatentes que nos deixou precisamente no ano dos 25 anos do Monumento aos Combatentes em Belém, obra que se ergueu tendo ele como Presidente da Comissão Executiva. O segundo, Presidente da ADFa que nos deixou abrupta e prematuramente. Os dois serviram, lutaram e marcaram os antigos combatentes e merecem o nosso profundo reconhecimento e respeito.

A segunda referência diz respeito a Moçambique e à situação criada por recente ciclone. A Liga dos Combatentes contactou a sua congénere Associação de Combatentes da Luta de Libertação Nacional, manifestando a sua solidariedade, tendo decidido colocar uma verba simbólica à disposição da Embaixada de Portugal no Maputo, através do Adido de Defesa.

Finalmente, uma referência que muito nos regozija podermos assinalar. Angola acaba de autorizar finalmente a Liga dos Combatentes a desenvolver o seu Programa Conservação das Memórias, naquele país. Não obstante as tentativas governamentais e da Liga anteriores, permito-me fazer um agradecimento especial a Sua Exa o Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa pelo interesse demonstrado na resolução deste assunto, a qual aguardávamos há catorze anos. Agradecimento extensível a quem tomou a decisão final: Sua excelência o Presidente da República de Angola João Lourenço.

Minhas senhoras e meus senhores
Caros Combatentes

Lutamos sempre pela dignidade dos que caíram por Portugal em qualquer parte do mundo. Como disse o General Joffre em La Couture, a 11 de novembro de 1923, na inauguração do Padrão de Portugal:

“Nós os admiramos. Nós choramos por eles como nossos filhos, pois eles morreram como eles, ao lado deles, com eles”.

Termino com um vivam aos Combatentes por Portugal, e um Viva Portugal

O Presidente da Liga dos combatentes
Joaquim Chito Rodrigues, Tenente-general